

ACEF/1112/20882 — Relatório final da CAE

Caracterização do ciclo de estudos

Perguntas A.1 a A.10

A.1. Instituição de ensino superior / Entidade instituidora:

Fundação Minerva - Cultura - Ensino E Investigação Científica

A.1.a. Identificação da instituição de ensino superior / Entidade instituidora (proposta em associação):

Fundação Minerva - Cultura - Ensino E Investigação Científica

A.2. Unidade orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.):

Universidade Lusíada

A.2.a. Identificação da unidade orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.) (proposta em associação):

Universidade Lusíada

A.3. Ciclo de estudos:

Serviço Social

A.4. Grau:

Licenciado

A.5. Publicação do plano de estudos em Diário da República (nº e data):

<sem resposta>

A.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Serviço Social

A.7.1 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF):

7

A.7.2 Classificação da área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

76

A.7.3 Classificação de outra área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005, 16 de Março (CNAEF), se aplicável:

762

A.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

180

A.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março):

6 Semesters

A.10. Número de vagas aprovado no último ano lectivo:

60

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento

Pergunta A.11

A.11.1.1. Condições de acesso e ingresso, incluindo normas regulamentares

Existem, são adequadas e cumprem os requisitos legais

A.11.1.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

As condições de acesso e ingresso estão explicitadas e cumprem os requisitos legais em vigor à data da elaboração do RAA.

A.11.2.1. Designação

É adequada

A.11.2.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

A designação do Ciclo de Estudos (CE) - Serviço Social (na versão em inglês do RAA incorretamente traduzida por Social Studies) corresponde à prática nacional. Regista-se, todavia, que no RAA é desadequadamente usada a CNAEF para distinguir a área científica Principal (ACP), aparecendo inscrita como outra área secundária do CE (ponto A7.3.).

A.11.3.1. Estrutura curricular e plano de estudos

Não satisfaz as condições legais

A.11.3.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

Apesar de formalmente a estrutura curricular e o plano de estudos corresponderem aos requisitos legais gerais (DL 42/2005 e DL 74/2006, alterado pelo DL 107/2008), em termos reais algum desajustamento merece ser referido. Desde logo o facto de existirem Unidades Curriculares (UC) inscritas na ACP que são ministradas por docentes com outras qualificações. Ponderados estes casos: 3 UC de 6 ECTS cada) significa que a ACP tem um peso relativo não de 99 ECTS mas de 81 ECTS, inferior por isso ao que está legalmente previsto.

A estrutura curricular não se encontra organizada por semestres mas por anos letivos.

A.11.4.1 Docente(s) responsável(eis) pela coordenação da implementação do ciclo de estudos

Não foi indicado ou não tem o perfil adequado

A.11.4.2. Evidências que fundamentam as classificações de cumprimento assinaladas.

-Nos termos da legislação vigente a Coordenação da licenciatura deve ser assegurada por um elemento com doutoramento na área do CE, ou seja um Doutor em Serviço Social, a tempo integral. No caso da licenciatura da Univ. Lusíada, a docente responsável pela coordenação científica do curso tem vinculação a tempo integral não tendo, todavia, doutoramento em Serviço Social (mas em Antropologia). Trata-se de docente que tem como formação de base a licenciatura em Serviço Social, não estando em causa a sua competência docente mas tão só a conformidade com o legalmente disposto.

Pergunta A.12

A.12.1. Existem locais de estágio e/ou formação em serviço.

Sim

A.12.2. São indicados recursos próprios da instituição para acompanhar os seus estudantes no período de estágio e/ou formação em serviço.

Sim

A.12.3. Existem mecanismos para assegurar a qualidade dos estágios e períodos de formação em serviço dos estudantes.

Em parte

A.12.4. São indicados orientadores cooperantes do estágio ou formação em serviço, em número e qualificações adequadas (para ciclos de estudos de formação de professores).

Em parte

A.12.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Foram indicados um conjunto de locais de organizações públicas e privadas para realização da UC de estágio (3º ano do CE).

No que se refere ao processo de acompanhamento do estágio curricular, instância fundamental da formação experiencial, constata-se que a supervisão académica é assegurada por docentes da ACP, embora em número que parece insuficiente.

No tocante aos orientadores cooperantes, constata-se que a maioria possui formação na ACP, o que não se verifica em 20% dos casos (isto é, não têm formação na ACP). De salientar ainda que o peso curricular do estágio (480 horas) é manifestamente insuficiente de acordo com as práticas nacionais e os padrões internacionalmente convencionados.

Existe um regulamento de estágio que carece de maior aprofundamento designadamente quanto às

articulações a que se propõe como quanto aos procedimentos específicos de avaliação.

A.12.6. Pontos Fortes.

- A orientação académica de estágios é maioritariamente assegurada por docentes com formação específica na ACP, embora o corpo docente desta área no seu conjunto não seja suficiente para garantir a supervisão académica dos estágios e as restantes atividades UC e atividades (de salientar que se trata de IES que tem em funcionamento os três ciclos de estudo em Serviço Social)

A.12.7. Recomendações de melhoria.

- Revisão do Plano de estudos, reponderando o peso do estágio no PE, bem como a sua articulação com outras UC que contribuem para iniciar e/ou contribuir para (preparar) a formação experiencial dos estudantes.

- Reforço da equipa docente com professores com formação académica na ACP, preferencialmente doutorados (dado o seu escasso número neste CE e nos outros ministrados na IES).

- Revisão do Regulamento de Estágios no sentido de uma explicitação aprofundada dos objetivos definidos e dos resultados esperados, bem como estabelecendo os requisitos para a orientação académica interna e como para a institucional externa.

1. Objectivos gerais do ciclo de estudos

1.1. Os objectivos gerais definidos para o ciclo de estudos foram formulados de forma clara.

Sim

1.2. Os objectivos definidos são coerentes com a missão e a estratégia da instituição.

Sim

1.3. Os docentes envolvidos no ciclo de estudos, bem como os estudantes, conhecem os objectivos definidos.

Em parte

1.4. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- Os objetivos gerais definidos para o CE compreendem um leque de propósitos que se coadunam com a formação de I ciclo em serviço Social

- Alguns dos objetivos não encontram tradução na PE, de onde ressalta um trabalho de conjugação entre o definido em objetivos e a sua transposição para as UC e atividades que dão substância.

1.5. Pontos Fortes.

Sem referência

1.6. Recomendações de melhoria.

- Trabalhar uma maior adequação entre os objetivos definidos e a EC (exemplificativamente: criar espaço curricular para conteúdos de teorias e metodologias gerais em Serviço Social, antes da concretização teórico-metodológica por relação a domínios concretos de inserção profissional).

2. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

2.1. Organização Interna

2.1.1. Existe uma estrutura organizacional adequada responsável pelos processos relativos ao ciclo de estudos.

Em parte

2.1.2. Existem formas de assegurar a participação activa de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão que afectam o processo de ensino/aprendizagem e a sua qualidade.

Sim

2.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

Existe uma estrutura organizativa responsável pelos processos relativos ao ciclo de estudos: diretora

do CE, diretor da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Conselho Pedagógico (integrado por estudantes e docentes) e Conselho Científico. O I ciclo estudos em serviço Social tem também um Conselho escolar composto por docentes e estudantes e sob coordenação da Diretora do curso e do Diretor da FCHS.

A IES afirma a disponibilidade de todos os órgãos existentes (incluindo a Administração da Fundação) para estabelecer contatos diretos com os estudantes, desde que solicitados. Foi salientada a regularidade de funcionamento dos órgãos existentes, havendo reuniões previstas ao longo de todo o ano letivo.

Existe, desde 2010, um Provedor do estudante.

Conforme já referenciado a Coordenação do CE não dispõe de um doutorado na ACP.

2.1.4. Pontos Fortes.

- Dinâmica positiva no regular funcionamento dos órgãos académicos

2.1.5. Recomendações de melhoria.

- Reforço dos processos de coordenação científica do CE, designadamente quanto à coordenação e articulação vertical e horizontal das UC.

- Explicitação da articulação entre os três ciclos de estudos de formação em Serviço Social em funcionamento na IES.

- Aprofundamento da articulação com outras áreas científicas e cursos existentes na IES (dependentes de outros departamentos mas com eventuais complementaridades).

2.2. Garantia da Qualidade

2.2.1. Foram definidos mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos.

Sim

2.2.2. Foi designado um responsável pelo planeamento e implementação dos mecanismos de garantia da qualidade.

Sim

2.2.3. Existem procedimentos para a recolha de informação, acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos.

Sim

2.2.4. Existem formas de avaliação periódica das qualificações e competências dos docentes para o desempenho das suas funções.

Em parte

2.2.5. Os resultados das avaliações do ciclo de estudos são discutidos por todos os interessados e utilizados na definição de acções de melhoria.

Em parte

2.2.6. O ciclo de estudos já foi anteriormente avaliado/acreditado.

Não

2.2.7. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- Existem mecanismos dirigidos à garantia de qualidade, competência atribuída Diretor do Gabinete de Avaliação e Acreditação, apesar da responsabilidade em última instância residir no Reitor da IES.

- O Departamento de Avaliação Institucional e Acreditação (DAIA) procede à avaliação das atividades de ensino, através da aplicação e apuramento de inquéritos dirigidos a professores e estudantes. Também a implementação do processo de Bolonha foi avaliado.

- Não se conhece um regulamento para avaliação do pessoal docente, apesar de se analisarem os resultados dos inquéritos dos estudantes sobre o desempenho dos docentes.

- Os resultados viabilizados pelos vários instrumentos são posteriormente traduzidos em relatórios e analisados pelos vários responsáveis institucionais.

- A IES foi avaliada pela Associação Europeia das Universidades

A dimensão menos esclarecida foi a resultante das avaliações nas alterações de melhoria do CE.

2.2.8. Pontos Fortes.

- A existência de responsável e de procedimentos de gestão de qualidade.

2.2.9. Recomendações de melhoria.

- Definição de regras para avaliação dos docentes

- Sistematização e explicitação das iniciativas de melhoria do curso com base na avaliação do CE.

3. Recursos materiais e parcerias

3.1. Recursos materiais

3.1.1. O ciclo de estudos possui as instalações físicas necessárias ao cumprimento sustentado dos objectivos estabelecidos.

Sim

3.1.2. O ciclo de estudos possui os equipamentos didácticos e científicos e os materiais necessários ao cumprimento sustentado dos objectivos estabelecidos.

Sim

3.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- Instalações adequadas em termos de salas de aula e gabinetes de apoio aos estudantes e de gabinetes de docentes

- Bom acervo bibliográfico, designadamente o que transitou com o ISSS de Lisboa.

- Existência de bases on-line.

3.1.4. Pontos Fortes.

- Instalações adequadas e com investimento na sua manutenção.

3.1.5. Recomendações de melhoria.

- Sustentar a atualização das fontes bibliográficas bem como do apoio dispensado aos estudantes por relação aos trabalhos académicos.

3.2. Parcerias

3.2.1. O ciclo de estudos estabeleceu e tem consolidada uma rede de parceiros internacionais.

Não

3.2.2. O ciclo de estudos promove colaborações com outros ciclos de estudo dentro da sua instituição, bem como com outras instituições de ensino superior nacionais.

Sim

3.2.3. Existem procedimentos definidos para promover a cooperação interinstitucional no ciclo de estudos.

Em parte

3.2.4. Existe uma prática de relacionamento do ciclo de estudos com o seu meio envolvente, incluindo o tecido empresarial e o sector público.

Sim

3.2.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- Existência de práticas protocoladas com instituições sociais e estruturas universitárias, designadamente na lecionação e na componente de estagios do CE.

- Existem algumas cooperações em matéria de atividades de investigação, embora pouco significativas na ACP.

- De registar que são desenvolvidas atividades de cooperação em matéria de lecionação de cursos de formação em instituições sociais.

3.2.6. Pontos Fortes.

- Práticas de parcerias com entidades locais e regionais (públicas e privadas).

3.2.7. Recomendações de melhoria.

- Investimento em ações de colaboração internacionais, abrangendo atividades de lecionação e investigação e envolvendo estudantes e docentes.

4. Pessoal docente e não docente

4.1. Pessoal Docente

4.1.1. O corpo docente cumpre os requisitos legais.

Em parte

4.1.2. Os membros do corpo docente (em tempo integral ou parcial) têm a competência académica e experiência de ensino adequadas aos objectivos do ciclo de estudos.

Sim

4.1.3. O número e o regime de trabalho dos membros do pessoal docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos.

Em parte

4.1.4. É definida a carga horária do pessoal docente e a sua afectação a actividades de ensino, investigação e administrativas.

Em parte

4.1.5. O corpo docente em tempo integral assegura a grande maioria do serviço docente.

Em parte

4.1.6. A maioria dos docentes mantém a sua ligação ao ciclo de estudos por um período superior a três anos.

Sim

4.1.7. Existem procedimentos para avaliação da competência e do desempenho dos docentes do ciclo de estudos.

Em parte

4.1.8. É promovida a mobilidade do pessoal docente, quer entre instituições nacionais, quer internacionais.

Em parte

4.1.9. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- Existência de um corpo docente próprio: 11 docentes em TI no total de 21 docentes, o que equivale a 62,5% de TI. O corpo docente da ACP é constituído por 7 docentes correspondendo a 5,25% de TI (1 doutor, 4 mestres e 2 licenciados). Na ACP só 3 docentes estão em regime de TI. Importa ainda referir que esta equipa da ACP é comum aos 3 ciclos de estudo em funcionamento da IES (I, II e III ciclos).

Regista-se assim um quadro caracterizado por:

- insuficiente número de docentes na ACP do CE em TI

- insuficiente número de doutores em Serviço Social. No RAA refere-se que 7 estão inscritos em doutoramento e, destes, 3 em Serviço Social. Durante a visita teve-se a informação de que uma das docentes concluiu o doutoramento na ACP.

- Não clarificação relativamente à estratégia institucional com vista ao reforço docente da ACP.

- Insuficiente (quase ausente) mobilidade dos docentes (a nível nacional e internacional).

4.1.10. Pontos Fortes.

- Pessoal docente com um número considerável de doutorados no domínio das CSH

- Existência de 2 doutores em Serviço Social e de um outro doutor com formação de base em Serviço Social

- Existência de docentes da ACP inscritos em programas de doutoramento.

4.1.11. Recomendações de melhoria.

- Recrutamento de um maior número de docentes com qualificação na ACP (Serviço Social) em regime de tempo integral (levando em conta que existem 3 CE em funcionamento)

- Finalização urgente da qualificação por parte de docentes inscritos em doutoramento (designadamente providenciando apoios adequados)

- Incrementar a produção científica em todas as áreas designadamente na ACP
- Investimento na criação e desenvolvimento de linhas de investigação em Serviço Social nos centros de investigação da IES (nomeadamente no CLISSIS)
- Promoção da mobilidade dos docentes

4.2. Pessoal Não Docente

4.2.1. O pessoal não docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à leccionação do ciclo de estudos.

Sim

4.2.2. O número e o regime de trabalho do pessoal não docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos.

Sim

4.2.3. O desempenho do pessoal não docente é avaliado periodicamente.

Sim

4.2.4. O pessoal não docente é aconselhado a frequentar cursos de formação avançada ou de formação contínua.

Sim

4.2.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- Existência de recursos humanos não docentes considerados não suficientes para as atividades de apoio ao CE, em complemento aos serviços gerais da IES.

4.2.6. Pontos Fortes.

- Oportunidades de formação para o pessoal não docente.

4.2.7. Recomendações de melhoria.

Sem referência

5. Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem

5.1. Caracterização dos estudantes

5.1.1. Existe uma caracterização geral dos estudantes envolvidos no ciclo de estudos, incluindo o seu género, idade, região de proveniência e origem sócio-económica (escolaridade e situação profissional dos pais).

Sim

5.1.2. Verifica-se uma procura do ciclo de estudos por parte dos potenciais estudantes ao longo dos últimos 3 anos.

Em parte

5.1.3. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- Existência de uma caracterização dos estudantes e da procura
- Em termos dos 3 últimos anos verifica-se uma pequena quebra no número de estudantes colocados no CE. Em qualquer dos anos letivos o número de colocados é de cerca de 1/3 do número de vagas anunciadas (60).

5.1.4. Pontos Fortes.

Sem referência

5.1.5. Recomendações de melhoria.

- Desenvolver estratégias de promovam a atratividade do CE

5.2. Ambiente de Ensino/Aprendizagem

5.2.1. São tomadas medidas adequadas para o apoio pedagógico e o aconselhamento sobre o

percurso académico dos estudantes.

Sim

5.2.2. São tomadas medidas para promover a integração dos estudantes na comunidade académica.

Sim

5.2.3. Existe aconselhamento dos estudantes sobre a possibilidade de financiamento e de emprego.

Sim

5.2.4. Os resultados de inquéritos de satisfação dos estudantes são usados para melhorar o processo de ensino/aprendizagem.

Em parte

5.2.5. A instituição cria condições para promover a mobilidade dos estudantes.

Em parte

5.2.6. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- Existência de estruturas de apoio aos estudantes: Gabinete de Estágios, Sidas Profissionais e Empreendedorismo (que visa atividades de inserção na vida ativa dos estudantes e licenciados) e o Gabinete de Ação Social

- Existência de atividades de promoção à integração dos estudantes na IES (designadamente através do Núcleo de Estudantes de Serviço Social, Provedor do Estudante e uma Vice-Chancelaria responsável pela ligação com os estudantes)

- Existência de iniciativas de promoção de programas de intercâmbio (como Erasmus)

- Os resultados dos inquéritos de satisfação feitos aos estudantes não encontram evidência no tipo de alterações que poderão ter ocasionado.

5.2.7. Pontos Fortes.

- Dispositivos de apoio aos estudantes, o que teve reconhecimento dos próprios estudantes.

5.2.8. Recomendações de melhoria.

- Incremento das iniciativas de efetivação de mobilidade entre os estudantes

- Clarificação das alterações baseadas nos inquéritos de satisfação junto dos estudantes.

6. Processos

6.1. Objectivos de Ensino, Estrutura Curricular e Plano de Estudos

6.1.1. Estão definidos os objectivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) a desenvolver pelos estudantes e foram operacionalizados os objectivos permitindo a medição do grau de cumprimento.

Sim

6.1.2. A estrutura curricular corresponde aos princípios do Processo de Bolonha.

Sim

6.1.3. Existe um sistema de revisão curricular periódica que assegura a actualização científica e de métodos de trabalho.

Em parte

6.1.4. O plano de estudos garante a integração dos estudantes na investigação científica.

Em parte

6.1.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- A estrutura curricular tem a duração de seis semestres, o que cumpre o patamar mínimo dos requisitos legais previstos para o ensino superior universitário

- Estão definidos para o CE objetivos de aprendizagem em termos de competências gerais a desenvolver.

- No espaço de 5 anos foram efetuadas 3 revisões curriculares, quer por força da adaptação a Bolonha, quer para reduzir o PE para 6 semestres (não se recolheu fundamentação quanto a esta última alteração)

- Há UC, assim como algumas atividades, que visam munir, ainda que de modo pouco aprofundado,

os estudantes em atividades de investigação.

6.1.6. Pontos Fortes.

- Atividades que visam aproximar os estudantes das iniciativas do centro de investigação (CLISSIS)

6.1.7. Recomendações de melhoria.

- Operacionalizar os objetivos de aprendizagem por UC, por ano letivo e por semestre
- Garantir a articulação vertical e horizontal do PE assegurando a progressividade e coerência do modelo de ensino-aprendizagem do PE deste CE

6.2. Organização das Unidades Curriculares

6.2.1. São definidos os objectivos da aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências) que os estudantes deverão desenvolver em cada unidade curricular.

Em parte

6.2.2. Existe coerência entre os conteúdos programáticos e os objectivos de cada unidade curricular.

Em parte

6.2.3. Existe coerência entre as metodologias de ensino e os objectivos de cada unidade curricular.

Em parte

6.2.4. Existem mecanismos para assegurar a coordenação entre as unidades curriculares e os seus conteúdos.

Sim

6.2.5. Os objectivos de cada unidade curricular são divulgados entre os docentes e os estudantes.

Em parte

6.2.6. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- Os objetivos e conteúdos das UC estão definidos mas nem sempre garantem a sua articulação e complementaridade de temas e bibliografias.
- Insuficiente articulação entre os conteúdos das UC da ACP
- Todas as UC indicam bibliografias que, nalguns casos, carecem de atualização e redirecionamento para conteúdos centrais.
- Ausência de UC optativas o que é uma vertente expetável quando se trata de uma IES com diversificada oferta formativa
- Apesar dos mecanismos de coordenação existentes, importa garantir maior articulação horizontal e vertical

6.2.7. Pontos Fortes.

Nada a acrescentar

6.2.8. Recomendações de melhoria.

- Revisão dos conteúdos da ACP permitindo o aprofundamento e consolidação progressiva da ACP.
- Rever o espaço e duração curricular da formação experiencial designadamente do estágio que acontece no último ano, UC de estágio
- Revisão do PE tendo em conta a necessidade de maior e melhor articulação entre as UC, garantindo a progressividade dos conteúdos
- Atualização e adequação das referências bibliográficas de algumas das UC
- Estudo da possibilidade de oferta de UC optativas (quer no domínio da ACP quer em outras áreas científicas)
- Readequar as UC às formações dos docentes

6.3. Metodologias de Ensino/Aprendizagem

6.3.1. As metodologias de ensino e as didácticas estão adaptadas aos objectivos de aprendizagem das unidades curriculares.

Em parte

6.3.2. A carga média de trabalho necessária aos estudantes corresponde ao estimado em ECTS.

Em parte

6.3.3. A avaliação da aprendizagem dos estudantes é feita em função dos objectivos da unidade curricular.

Sim

6.3.4. As metodologias de ensino facilitam a participação dos estudantes em actividades científicas.

Em parte

6.3.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- Maioritariamente as metodologias de ensino-aprendizagem das UC são consideradas (quer no RAA como pelos interlocutores participantes na visita da CAE) como adequadas. Apesar disso considera-se que o regime de 3 a 4 momentos de avaliação mdas UC por semestre merece ser ponderado, podendo, contrariamente ao esperado, constituir-se num fator de fragilização do patamar de exigência da avaliação

- O perfil de estudantes (60% dos quais com mais de 24 anos) exige repensar as modalidades de trabalho académico adequado e sua ponderação (nomeadamente as condições dos estágios exteriores à IES).

- Existindo atividades de ensino-aprendizagem que visam promover a iniciação dos estudantes à investigação científica, a evidência recolhida sugere o aprofundamento destas atividades.

6.3.6. Pontos Fortes.

- Dinâmica pedagógica caracterizada por relações de proximidade e disponibilidade dos docentes designadamente da ACP

- Prática de orientação tutorial

- Importância de dois momentos sequenciais de estágios, pese embora o reduzido número de horas e a existência de UC em concomitância com o último momento de estágio (6º semestre)

6.3.7. Recomendações de melhoria.

- Reforço da duração do Estágio com clarificação dos seus objetivos, modos de acompanhamento e relações institucionais.

- Maior investimento em atividades de investigação

- Reforço da participação dos estudantes

7. Resultados

7.1. Resultados Académicos

7.1.1. O sucesso académico da população discente é efectivo e facilmente mensurável.

Em parte

7.1.2. O sucesso académico é semelhante para as diferentes áreas científicas e respectivas unidades curriculares.

Sim

7.1.3. Os resultados da monitorização do sucesso escolar são utilizados para a definição de acções de melhoria no mesmo.

Em parte

7.1.4. Não há evidência de dificuldades de empregabilidade dos graduados.

Em parte

7.1.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- A finalização do curso no tempo de duração estabelecido (6 semestres) corresponde nos dois últimos anos analisados a 50% dos estudantes, o que significa que há um número significativo de situações onde são necessários mais 1 ou 2 anos para cumprir o PE.

- O sucesso alcançado nas diversas áreas científicas é idêntico, embora seja mais evidente nas áreas do Serviço Social e da Sociologia.

- Apesar de se indicar que os resultados da monitorização do curso são usados para introduzir melhorias no curso, essas melhorias não ficam evidenciadas
- A taxa de empregabilidade referenciada é muito elevada (91%) o que pode ser derivado da circunstância de haver um número significativo de estudantes que trabalham nas áreas afins àquela em procuram qualificação. De facto, trata-se de taxa de empregabilidade superior ao padrão registado na atualidade.

7.1.6. Pontos Fortes.

- Taxas elevadas de empregabilidade na área de formação do CE

7.1.7. Recomendações de melhoria.

- Identificação das razões de um período mais dilatado de tempo para finalização do curso, procurando apurar a natureza dos motivos bem como a eventual solução para tais situações
- Explicitação das alterações derivadas da participação de estudantes e docentes e sua concretização em medidas concretas introduzidas.

7.2. Resultados da actividade científica, tecnológica e artística

7.2.1. Existem Centro(s) de Investigação reconhecido(s), na área científica do ciclo de estudos onde os docentes desenvolvam a sua actividade.

Em parte

7.2.2. Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, nos últimos 3 anos e na área do ciclo de estudos.

Em parte

7.2.3. Existem outras publicações científicas relevantes do corpo docente do ciclo de estudos.

Em parte

7.2.4. As actividades científicas, tecnológicas e artísticas têm uma valorização e impacto no desenvolvimento económico.

Sim

7.2.5. As actividades científica, tecnológica e artística estão integradas em projectos e/ou parcerias nacionais e internacionais.

Em parte

7.2.6. Os resultados da monitorização das actividades científica, tecnológica e artística são usados para a sua melhoria.

Em parte

7.2.7. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- A IES dispõe de 2 centros de investigação ambos com classificação de suficiente
- Vários docentes do CE, nomeadamente na área das CSH, estão integrados em alguns centros de investigação acreditados pela FCT pertencentes a outras IES.
- Verifica-se, todavia, um espaço muito restrito nestes centros para a investigação na ACP
- É reduzida a produção científica em geral, mas com particular relevância para a ACP

7.2.8. Pontos Fortes.

- Existência de (vinculação a) unidades de I&D na área das CSH
- Organização bianual de evento científico internacional na ACP

7.2.9. Recomendações de melhoria.

- Desenvolvimento da investigação científica na ACP do CE
- Incremento da produção científica designadamente na ACP.

7.3. Outros Resultados

7.3.1. No âmbito do presente ciclo de estudos, existem actividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade ou formação avançada.

Sim

7.3.2. O ciclo de estudos contribui para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a acção cultural, desportiva e artística.

Sim

7.3.3. O conteúdo das informações sobre a instituição, o ciclo de estudos e o ensino ministrado são realistas.

Em parte

7.3.4. Existe um nível significativo de internacionalização do ciclo de estudos.

Não

7.3.5. Evidências que fundamentem a classificação de cumprimento assinalada.

- No âmbito do CE são desenvolvidos alguns projetos de investigação e intervenção social que se inscrevem nos objetivos das organizações e coletivos locais e regionais promovendo a sua atuação e desenvolvimento.

- Alguns docentes e estudantes estão envolvidos em projetos de natureza interdisciplinar que implicam outros domínios de saber (caso da área de arquitetura).

- É muito reduzido o nível de internacionalização do CE

7.3.6. Pontos Fortes.

Nada a acrescentar

7.3.7. Recomendações de melhoria.

- Reforço da articulação do CE com atividades de promoção social a nível local e regional e em articulação com entidades públicas e privadas.

- Desenvolvimento da vertente de internacionalização quer na lecionação, como na investigação

8. Observações

8.1. Observações:

<sem resposta>

8.2. Observações (PDF, máx. 100kB):

<sem resposta>

9. Comentários às propostas de acções de melhoria

9.1. Objectivos gerais do ciclo de estudos:

- No RAA, e em matéria de objetivos, a dimensão mais enfatizada é a eventual necessidade da sua adequação a médio prazo à complexidade da realidade social, bem como o reforço da internacionalização

- É identificada a necessidade de um equacionamento de objetivos de natureza mais estratégica

- Os objetivos do curso não são abordados em termos do trabalho subsequente às alterações de melhoria que se consideram concretizadas.

- Importa salientar que a existência de 3 ciclos de estudo na ACP na IES, merece uma reflexão de demarcação e articulação quanto aos objetivos e resultados esperados de cada um deles e do conjunto.

9.2. Alterações à estrutura curricular:

- O RAA não apresenta propostas de alterações curriculares, apesar considerar a prioridade que deverá ser dada a grupos de estudo e investigação que integrem estudantes, profissionais e docentes.

9.3. Alterações ao plano de estudos:

O RAA não propõe alterações ao plano de estudos, apesar da manifestação de interesse expressa durante a visita da CAE. A concretização de algumas alterações aguardará o parecer da CAE.

9.4. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade:

- A ênfase é colocada num processo em curso de organização de núcleos de trabalho para debate das questões essenciais do funcionamento do CE, sem que as questões de partida sejam explicitadas, atribuindo-se à sobrecarga de trabalho, as razões pelas quais o trabalho não tem tido a celeridade necessária.

9.5. Recursos materiais e parcerias:

- Quanto aos recursos materiais, o RAA e complementarmente o resultado da visita focam a exiguidade das fontes de financiamento designadamente para projetos e outras atividades

- A relação já existente com várias entidades e organizações internacionais terá de ser potenciada para dar lugar a parcerias consolidadas e direcionadas para atividades de cariz efetivo e permanente

9.6. Pessoal docente e não docente:

- A necessidade de reforçar o pessoal docente qualificado na ACP é referenciado e supõe-se mitigado pelo número de professores em processo de doutoramento designadamente na ACP.

- Não se salienta todavia qual a estratégia de contratação e vinculação de maior número e mais qualificado pessoal docente.

9.7. Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem:

- São identificadas dificuldades relativas não só à diversidade de preparação dos estudantes que ingressam, mas também dificuldades relativas ao manuseamento de língua estrangeira e de um bom uso dos recursos bibliográficos.

- A criação de um designado Núcleo de Apoio Pedagógico visa promover formação adicional.

- Registam-se ainda propósitos de mais precoce relação dos estudantes com a realidade socio-institucional envolvente (o que vem avivar a necessidade de uma reponderação da insuficiente formação experiencial).

- Necessidade de maior envolvimento e estímulo à participação informada e propositiva dos estudantes.

9.8. Processos:

- Saliência é dada à necessidade de alinhar a formação com as expectativas do mercado de trabalho, sem que seja explicitado o conteúdo a implicar.

- O RAA retoma o incremento da internacionalização e da sua extensão a um maior número de estudantes, a par da necessidade de desenvolver novas estratégias para a captação de estudantes e de renovadas fontes de financiamento. Em qualquer dos casos justificar-se-ia uma maior precisão quanto à direção e propósitos destas medidas.

9.9. Resultados:

- Além das dificuldades inerentes às condicionantes económico-financeiras e sociais do país, são identificadas necessidades de melhoria quer no plano da formação pedagógica dos docentes, quer da dispar preparação à data de ingresso dos estudantes.

- Reconhece-se a vantagem de melhorar o ensino ministrado, nomeadamente ampliando recursos humanos qualificados e atualização pedagógica permanente.

10. Conclusões

10.1. Recomendação final.

O ciclo de estudos deve ser acreditado condicionalmente

10.2. Fundamentação da recomendação:

A CAE constituiu a sua apreciação com base no RAA, na visita ao IES e nos elementos constantes da pronúncia apresentada (a qual permitiu incorporar informações atualizadas). O parecer da CAE baseia-se nos seguintes elementos:

-Corpo docente -

A IES dispõe de corpo docente próprio(55,3%) e professores doutorados na ordem dos 92,4%. Todavia, mantém-se insuficiente o número de docentes na ACP. O CE tem 2 docentes doutor. na ACP e uma doutora especializada. Um outro docente indicado como especializado não reúne as condições, nem de formação de base nem de experiência profissional na ACP e, por isso, foi devidamente

considerado como docente doutorado na sua área disciplinar. Neste contexto, a percentagem de doutores/especialistas na ACP é de 39,5%. Julga-se que deve ainda ser considerado o facto de que a IES dispõe dos 3 ciclos de estudo, tendo exigências de qualificação na ACP que devem satisfazer o total destas necessidades.

Os orientadores cooperantes devem ser na íntegra da ACP, assim se entende a preparação académica para uma profissão que carece de referenciais de experiência concretizada.

- Estrutura Curricular e Plano de Estudos

O ciclo de estudos tem a duração de seis semestres, o que cumpre os requisitos mínimos para o ensino superior universitário. No entanto, a estrutura curricular apresenta debilidades, designadamente: i) a ACP tem um peso inferior a 50% dos ECTS tomadas em linha de conta as UC inscritas na ACP e que são ministradas por docentes com outras formações; ii) a insuficiente duração do estágio (480 horas), iii) a não esclarecida articulação do estágio com outras instâncias complementares (investigação e projeto), iv) existência no PE de UC de menos relevância em detrimento de outras mais estruturantes para a ACP, v) inexistência de UC optativas, vi) desadequação e desatualização de algumas referências bibliográficas, vii) imprecisão na designação de algumas UC, que permita compreender a especificidade do seu contributo e papel no PE, viii) desadequação de UC às formações dos docentes que as ministram, ix) deficiente explicitação da articulação vertical e horizontal das UC designadamente da ACP e, x) lugar da investigação na formação e na sua conjugação com os conteúdos do PE

- Investigação e produção científica dos docentes

Apesar da existência de alguma produção na área das CSH, é muito reduzida a sua expressão no campo da ACP. Não são apresentadas evidências de projetos de investigação, quer internos, quer advindos da integração de docentes em centros de investigação. A existência de uma revista reconhecida no campo do Serviço Social deveria ser potenciado.

Considerando a apreciação produzida nas várias dimensões que enformam o CE, a IES deveria adoptar, entre outras, as seguintes iniciativas:

1. Recrutamento de nº adequado de docentes com qualificação na ACP (Serviço Social), em regime de tempo integral (prazo de execução: 1 ano)
2. Favorecer a conclusão das teses de doutoramento dos docentes nessa condição (prazo de execução: 3 anos)
3. Desenv. de linhas de investigação científica na ACP, bem como da produção e publicação nesta mesma área. Ativação da Revista Intervenção Social nomeadamente reforçando o seu contributo para a cooperação internacional (prazo de execução: 2 anos).
4. Proceder a uma revisão do PE, de onde conste, entre outros: a) o aumento da carga horária do estágio, bem como a melhoria dos dispositivos de apoio e acompanhamento do mesmo, b) inclusão de UC estruturantes da ACP (como por exemplo Teoria e Metodologia Geral do Serviço Social, maior desenvolvimento dos conteúdos para estudos da Política Social, Deont. Profis.l Específica), c) disponibilizar UC optativas, d) proceder à adequação e atualização de bibliografias, e) estruturar a articulação em cada fileira de estudo, designadamente na ACP, garantindo a sua progressividade, f) opção por UC de orientação genérica em detrimento de UC de pendor mais especializado e, g) introdução de um seminário de acompanhamento da UC de estágio (prazo de execução: 1 ano)
5. Relação entre Ciclos de estudo

Uma vez que a IES ministra o I, II e III Ciclos de formação na ACP, a revisão curricular deveria deixar explicitada a singularidade e a complementar. e cooperação cient. entre os vários CE. (prazo de execução: 1 ano).

A CAE decide manter a sua recomendação de acreditação condicional dados os aspectos acima mencionados que deverão ser re-ponderados pela IES.